

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIRETORIA

EXERCÍCIO: 1994

PRESIDENTE:

CONS. HONÓRIO DE QUEIROZ ROCHA

DIRETORA GERAL:

MARIA IZABEL MELO GIBSON

1 — Apresentação:

Faço a apresentação deste Relatório de Atividades do exercício de 1994, com a absoluta certeza de que a Administração do Tribunal de Contas cumpriu sua missão constitucional de executar o controle externo no Estado de Pernambuco, sua atividade fim, com o indispensável suporte da atividade meio desta Corte de Contas.

2 — Do Controle Externo:

O Controle Externo exercido através da fiscalização realizada pelos Departamentos de Controle Estadual e Municipal, com suas Inspetorias Regionais, de Atos de Pessoal e pelo Núcleo de Engenharia, sob a supervisão da Coordenadoria de Controle Externo, apresentou um trabalho não apenas quantitativo em nível satisfatório, como procurou aprimorar as funções realizadas.

A descentralização dos serviços iniciados no exercício anterior foi continuada com a instalação das Inspetorias Regionais de Salgueiro, Bezerros, Palmares, Metropolitana Norte e Metropolitana Sul, que somando seus trabalhos aos das Inspetorias Regionais de Arcoverde, Petrolina, Surubim e Garanhuns, tornaram o Controle Externo Municipal mais ágil e o contato com as entidades auditadas mais eficaz.

Além das auditagens realizadas conforme quadros estatísticos que integram este relatório,

onde se evidencia o número global de 6.124 processos concluídos, dos quais 205 com laudos de engenharia, a área técnica, através da Coordenadoria de Controle Externo, encaminhou à presidência deste Tribunal projetos de Resolução, que devidamente aprovados pelo Tribunal Pleno, tomaram os números 02/94, 04/94 e 07/94, tratando respectivamente das seguintes matérias:

— Disciplina de prestação de contas de recursos transferidos pelo Estado para entidades públicas e privadas;

— Adequação das funções do Departamento de Controle Municipal face a criação e instalação das Inspetorias Regionais;

— Processamento do exercício do direito de defesa;

Em decorrência do Trabalho de campo realizado por todos os que compõem a área técnica, quando da análise das prestações de contas, tomadas de contas, denúncias, auditorias especiais, consultas, execuções, suprimentos individuais, despesa normal, repasse financeiro, subvenção social, registro de atos de pessoal, aposentadorias e reformas, este Tribunal de Contas emitiu 287 Pareceres Prévios, 3351 Acórdãos, 1263 Decisões e 107 Recursos.

3 — Da Atividade meio:

Com o objetivo de melhorar a organização interna deste Tribunal, foi dada ênfase ao

programa de informática, indispensável instrumento gerencial, que inegavelmente se traduz numa melhoria dos serviços oferecidos.

Visando nortear a conduta dos servidores, foi elaborado o Guia do Servidor, onde se procurou espelhar os direitos, deveres e benefícios que lhes são próprios.

Ainda aprimorando a estrutura da organização foi encaminhada proposta do procedimento normativo visando estabelecer normas e procedimentos para a execução das atividades do Departamento de Documentação e Biblioteca, com edição de Manual do Leitor, aprovada em sessão administrativa em 07/12/94.

Finalizando, para tornar mais rápida a tramitação processual, foi aprovado novo fluxograma, atualmente em vigor.

3.2. Dos Recursos Humanos:

A administração centrou seus esforços na valorização dos seus servidores promovendo treinamentos indispensáveis à melhoria de sua atuação funcional, sem esquecer o lado material, com a preocupação de conceder melhorias salariais a fim de bem remunerar a atividade dos que labutam dedicadamente nesta Corte.

No âmbito salarial obtivemos as seguintes conquistas:

— No mês de abril de 1994, através da Lei nº 11051 de 22.04.94, além do aumento de 56% para os servidores dos cargos efetivos e 22,58% para os servidores que ocupam cargos comissionados, instituídos pelo Governo do Estado, o Presidente encaminhou à Assembléia, no Art. 2º, parágrafo 1º da citada Lei, aumento de 14,29% sobre o vencimento básico dos cargos em comissão símbolos TC-CGC, TC-SSC, TC-STC, e TC-SCG, logo os mencionados cargos tiveram um aumento diferenciado na ordem de 36,87%, enquanto os demais tiveram os 22,58% estabelecidos pela tabela estadual.

Esta mesma lei restaurou a Gratificação de Auditoria para os titulares dos cargos

vinculados à atividade de fiscalização no valor de 99,40% da remuneração dos Auditores, Auxiliares de Auditores, Inspectores de Obras Públicas e Auxiliares de Inspetor de Obras Públicas.

— Através da lei 11098 de 05.07.94, mudou-se a denominação dos datilógrafos e taquígrafos para Assistente Técnico de Informática e Administração e Assistente Técnico de Plenário respectivamente. No mesmo diploma legal atribui-se aos titulares dos cargos retromencionados gratificação de localização no valor de 70% sobre os vencimentos do cargo e ainda foram criados 112 cargos a seguir discriminados:

- a) 10 cargos de Assistente Técnico de Informática e Administração;
- b) 10 cargos de Programador de Computador;
- c) 12 cargos de Analista de Sistemas;
- d) 20 cargos de Inspetor de Obras;
- e) 20 cargos de Auxiliar de Inspetor de Obras;
- f) 10 cargos de Auditor de Contas Públicas;
- g) 30 cargos de Auxiliar de Auditor de Contas Públicas;

Mediante solicitação de alguns servidores foi incluído o art. 5º, o qual deu aos Arquitetos o direito de concorrer aos Cargos de Inspetor de Obras Públicas. Este passo foi um grande avanço, e de muita justiça, vez que aquela Categoria funcional pertence ao mesmo Conselho dos Engenheiros (CREA).

— Apesar dos cargos criados anteriormente, a Presidência, conjuntamente com os demais Conselheiros, ao fazer um estudo do quadro funcional apercebeu-se que ainda estava pequeno, sobretudo com a criação das Inspetorias Regionais que necessitam ser bem aparelhadas tecnicamente.

Mediante tal convicção, decidiu-se encaminhar Projeto de Lei à Assembléia Legislativa criando um total de 60 cargos abaixo relacionados:

- a) 18 cargos de Auditor das Contas Públicas;

b) 20 cargos de Auxiliar de Auditor de Contas Públicas;

c) 04 cargos de Auxiliar de Inspetor das Obras Públicas;

d) 18 cargos de Assistente Técnico de Informática e Administração;

Além da criação de cargos, o mencionado projeto, aprovado "in totum", foi de extrema importância para o Tribunal de Contas porque corrigiu algumas falhas existentes com relação a algumas gratificações criadas por lei anteriores e não estendidas a determinados cargos. Aprovado o projeto que deu origem a Lei nº 11142 de 21 de novembro de 1994, podemos afirmar que, hoje o Tribunal de Contas está completamente respaldado legalmente no que tange a remuneração do seu pessoal.

— A atual Administração procurou sempre ver o seu quadro de pessoal sob o ponto de vista macro, porque entende que "nem só de pão" vive o homem. Obviamente se as necessidades básicas estavam relativamente satisfeitas, com os aumentos retromencionados, cabia-nos reforçar o aspecto cognitivo, a formação Técnica, mediante treinamentos específicos. Embora tendo que lutar contra algumas dificuldades de ordem financeira, física e estrutural a Diretoria Geral não mediu esforços, dentro de um orçamento financeiro bastante reduzido, para dar condições de aperfeiçoamento de pessoal.

A partir do mês de agosto do corrente exercício foram adquiridas 20 cadeiras para formar a sala de aula, um aparelho de som para a parte comportamental dos treinamentos, que já possui aparelhos de TV, Vídeo, Retro Projetor e Flipcart. A atual administração

propiciou ao Tribunal sala de aula, equipada dentro dos padrões oficiais, para as atividades de treinamento.

A partir do mês de setembro de 1994, quando já possuíamos toda a infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades de treinamento, constatamos como era difícil implementar os cursos necessários à formação dos servidores da área técnica, quer seja pela falta de instrutores externos, que possuíssem os requisitos necessários para abordar as matérias utilizadas pelo Tribunal de Contas, quer seja pela falta de normatização específica que pudesse retribuir os servidores da casa para atuarem como instrutores internos. Com relação a este aspecto a Diretoria Geral contactou com os auditores Tereza Abath e Frederico Azevedo Pinto, ambos estudiosos da área de licitação pública, para que os mesmos pudessem viabilizar a execução de um curso de atualização. Com a assessoria técnica da Coordenadoria de Controle Externo Dr^ª Maria Auxiliadora Albuquerque, os dois Auditores elaboraram o conteúdo programático do curso, que foi ministrado em três turmas de 20 auditores entre eles os Diretores de Departamentos e Inspetorias Regionais. Todo material do curso foi preparado pela Divisão de Treinamento. Vale ressaltar a dedicação dos servidores Líria Coutinho, chefe de Treinamento, Maria Helena Cordeiro e Adriana Borges.

A avaliação deste curso foi excelente, o que nos faz acreditar que temos que alimentar verdadeiramente a "prata da casa", pois somos nós que sabemos o que é o Tribunal de Contas.

Foram treinados 362 servidores, que participaram dos seguintes cursos e congressos:

Curso	nº de participantes
— Cursos de Informática	75
— Contabilidade Pública (Brasília)	01
— Curso Especial sobre Planejamento e Organização de Cerimonial	02
— Curso de Indéxção Orçamentária	52
— Congresso Brasileiro de D. Administrativo	15

— Feira de Cursos Técnicos em Dinâmica de Grupo	03
— 4º Fórum de Recursos Humanos — Reengenharia do RH	05
— Curso Básico do Orçamento de Obras com Qualidade Total	02
— Curso sobre Remuneração de Agentes Políticos Municipais	36
— Curso de Técnicas Avançadas de Treinamento	02
— Encontro Nacional do Cerimonial Público	01
— Curso de Oratória	08
— Curso sobre Contratação Temporária e Concurso Público	27
— Processo Administrativo Disciplinar	02
— 1º Seminário de Gerenciamento de Qualidade Total em Recursos Humanos	05
— IV Encontro de Secretárias de Pernambuco	06
— Curso de Licitação Pública	39
— V Fórum de Recursos Humanos (Salvador)	01
— Curso de Português	18
— Curso de Análise de Balanço	03
— Curso de Atualização de Rotinas Administrativas para Secretários das Inspetorias Regionais	22
— Curso de Introdução à Contabilidade Pública	04
— II Simpósio de Controle Externo Comparado	08
— XVIII Congresso Brasileiro de Auditoria Interna	30
— Simpósio de Informática (St. Catarina)	02
— Curso de Arquivologia (UFPE)	01

O Departamento de Recursos Humanos propiciou aos servidores algumas palestras sobre os seguintes temas:

- AIDS, um problema de todos;
- Alcoolismo, uma doença;
- Ética, uma questão nacional;
- Qualidade de vida e sua relação com a produtividade e motivação para o trabalho;
- Reengenharia do DRH:

Observando que o indivíduo não é apenas um recurso como o é a matéria-prima que entra numa fábrica para ser processada para gerar um produto, entendemos que estas palestras foram um marco da atual Administração.

— A cargo da **Divisão de Cadastro** os registros funcionais, foram uma prioridade; no mês de agosto do corrente exercício foi feita uma reunião com Dr. Cláudio Ferreira, chefe do Núcleo de informática com o objetivo de

desenvolvermos conjuntamente o sistema integrado de Recursos Humanos o que facilitaria a operacionalização dos dados concernentes aos servidores. Nos foi ponderado que a falta de Analista de Sistema e Programadores inviabilizaria a execução do projeto para este ano, no entanto procuramos definir com clareza o que queremos para que no próximo exercício possamos informatizar esta área, vez que o trabalho artesanal e arcaico implica em muitos erros.

A divisão de Cadastro atualizou todos os dados cadastrais dos funcionários, assim como a escala de férias para o exercício de 1995.

— A **Divisão de Folha de Pagamento** teve seu trabalho duplicado com os pagamentos das diferenças salariais a que fizeram jus todos os funcionários do quadro de serviços auxiliares. Esta Divisão mantém um trabalho sistemático de auditoria na folha de pagamento e não raro encontra falhas oriundas de outras administrações que, mediante autorização da Presidência são devidamente sanadas.

3.1. Do Patrimônio

Os bens patrimoniais sob a responsabilidade do Tribunal de Contas tiveram, no corrente exercício, a devida conservação.

Em virtude do crescimento provocado pela criação das novas Inspetorias Regionais e do aumento considerável dos servidores que serão nomeados em consequência do concurso a ser realizado no início do próximo ano, necessário se fez a aquisição de bens permanentes, indispensáveis à continuidade dos serviços.

Assim sendo, foi locada uma casa na Rua das Pernambucanas objetivando-se instalar em suas dependências a Inspetoria Metropolitana Norte, a Inspetoria Regional Metropolitana Sul e o Arquivo deste Tribunal.

A Inspetoria Regional de Petrolina passou a ter nova sede em decorrência da concessão de uso do imóvel do Estado, localizado à Rua das Laranjeiras, onde foi processada uma reforma com a finalidade de melhor abrigar os que servem naquela Inspetoria, a este Tribunal. Nesta obra foram gastos R\$ 23.293,44.

A instalação da Inspetoria Regional dos Palmares, em prédio cedido pela Prefeitura Municipal daquele Município, provocou gastos de adaptação do imóvel, da ordem de R\$ 18.818,37.

Posteriormente foi adquirido o imóvel de nº 126 desta Av. Mário Melo, com aproximadamente 700 metros de área construída, que se constitui em espaço físico indispensável à complementação do quadro funcional que crescerá em 1995, em 155 novos servidores.

Para tornar viável a agilização da atividade fiscalizadora com o aumento dos servidores da área técnica, bem como para começar a fazer a substituição de veículos já anti-econômicos pela depreciação decorrente do uso constante, foram adquiridos dez (10) automóveis Paraty, para integrar a frota deste Tribunal de Contas.

Pensando ainda em renovar a frota de veículos, foram adquiridos dois (02)

automóveis Santana, para substituição de veículos de representação, já inservíveis para o uso.

Foram adquiridas ainda 06 (seis) linhas telefônicas para serviço das Inspetorias Regionais.

Em negociação encontra-se a aquisição de 10 (dez) linhas para aparelhos telefônicos celulares.

Foram ainda adquiridos os bens permanentes a seguir elencados, entre outros de menor valor, que por força da síntese pretendida, deixamos de apresentar.

- 25 (vinte e cinco) aparelhos telefônicos
- 18 (dezoito) aparelhos de ar condicionado
- 20 (vinte) armários
- 03 (três) arquivos em aço
- 04 (quatro) bebedouros
- 37 (trinta e sete) birôs
- 02 (duas) bombas centrífugas
- 90 (noventa) cadeiras
- 01 (uma) central telefônica
- 09 (nove) câmaras fotográficas
- 07 (sete) impressoras
- 12 (doze) máquinas de calcular
- 09 (nove) microcomputadores
- 03 (três) refrigeradores

Todas as aquisições foram decorrentes dos necessários processos licitatórios, que atingiram o número de 94 (noventa e quatro).

É de ser ressaltada a aquisição de livros técnicos incorporados ao patrimônio desta Corte, com registro no departamento de Documentação e Biblioteca, num total de 340 exemplares, bem como de 297 revistas técnicas.

Em andamento, na comissão de Licitação, encontra-se processo licitatório para a aquisição de mais 63 livros técnicos.

3.3 — Do Núcleo de Informática:

No início do ano de 1994, o Núcleo de Informática tinha como principal meta a alcançar a consolidação do processo de

informatização do Tribunal de Contas, através da implantação de novos sistemas, bem como através da aquisição e instalação de equipamentos.

— SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DESENVOLVIDOS. Durante este ano foram desenvolvidos vários sistemas que possibilitaram informatizar diversas rotinas de trabalho, agilizar o fluxo de informações, bem como aumentar a produtividade das muitas tarefas desempenhadas por este Tribunal. Foram desenvolvidos, no período, e estão implantados atualmente no Tribunal os seguintes sistemas e rotinas:

01 — CONTROLE DE PROCESSOS NA AUDITORIA GERAL: Tendo como base o Sistema de Controle de Processos, foi desenvolvida esta rotina que possibilita o controle da distribuição interna dos processos aos Auditores da Auditoria Geral.

02 — SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DO RECOLHIMENTO DAS MULTAS IMPOSTAS PELO TCE-PE: O desenvolvimento deste sistema objetivou possibilitar o acompanhamento do cumprimento de todas as decisões desta Corte de Contas que importassem o recolhimento de valor pecuniário.

03 — AUTOMAÇÃO DO PEDIDO DE ADIANTAMENTO DE SUPRIMENTO INDIVIDUAL DO TCE: O Sistema de Controle de Suprimentos individuais foi consideravelmente ampliado durante este ano. O pedido de adiantamento de suprimento agora é feito diretamente através do computador, desenvolveu-se, ainda, 5 novos relatórios gerenciais e criou-se uma interface entre o mesmo e a folha de pagamento.

04 — SISTEMA DE CONTROLE DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA: Através deste sistema podemos controlar a distribuição e a movimentação de todo o patrimônio de bens de informática do TCE.

05 — SISTEMA DE PROTOCOLO DA AUDITORIA GERAL: Este sistema controla

todo o fluxo de entrada e saída de documentos da Auditoria Geral.

06 — SISTEMA DE CONTROLE DE MATERIAIS: O sistema de controle de materiais possibilitou o controle efetivo dos materiais adquiridos pelo Tribunal, bem como a sua distribuição, ocasionando, ainda, a automação do balanço de materiais.

07 — SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS — Novas consultas (CTPR): Durante o ano de 1994, foram desenvolvidas novas consultas à base de dados de controle de processos do TCE, facilitando o acesso aos mesmos pelos usuários do sistema, dentre elas destacamos as rotinas de Estatística dos processos.

08 — SISTEMA DE CONTROLE DAS PUBLICAÇÕES TÉCNICAS: Este sistema permite o rápido acesso aos índices das revistas técnicas especializadas que a Biblioteca do TCE possui.

09 — SISTEMA DE ÍNDICES ECONÔMICOS-FINANCEIROS: Com a grande variedade de índices econômicos a necessidade de armazená-los, aliada à necessária agilidade de acesso aos mesmos fez com que desenvolvêssemos este sistema que está disponível para todo o tribunal.

10 — SISTEMA DE PROTOCOLO DOS DOCUMENTOS QUE ENTRAM E SAEM DO GABINETE DO CONSELHEIRO: Este sistema serve para automatizar o controle dos documentos que tramitam no gabinete do Conselheiro. Atualmente este sistema está implantado apenas no gabinete do Conselheiro Antônio Corrêa.

11 — SISTEMA DE CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DO TCE, PUBLICADOS NO DOE: Este sistema possibilita a rápida recuperação de todos os atos administrativos desta Corte de Contas publicados no DOE.

Além destes sistemas foi possível, durante este período, a partir de um plano de treinamento em conjunto com o DRH, a ampliação do número de servidores capacitados

a utilizarem o Editor de Textos e a Planilha de Cálculos adquiridos pelo Tribunal de Contas, sendo os mesmos utilizados para confecção de Acórdãos e Relatórios diversos, possibilitando uma maior agilidade e rapidez nestas atividades.

3.4 — Da Contabilidade:

Os registros contábeis, sob a responsabilidade da Auditora das Contas Públicas Amarilde Marques Figueiredo, demonstram, com fidelidade toda a movimentação financeira, orçamentária e patrimonial, a ser espelhada em breves dias, na Prestação de Contas do exercício de 1994, a encerrar-se em 31 de dezembro próximo.

4 — Conclusão:

Ante o exposto, é de se concluir que a atual administração do Tribunal de Contas fundamentou suas ações, para atingir os fins legais que lhe foram cometidos, na valorização dos seus servidores e no sentido de equipe, na firme convicção de que o todo supera as partes.

Finalizando agradeço a Diretora Geral Maria Izabel de Melo Gibson que, consciente da responsabilidade que lhe coube como gestora dos recursos públicos deste Tribunal de Contas e do dever de dar o apoio necessário ao desempenho do Controle Externo, soube honrar o cargo para o qual foi nomeada.

Agradeço a Coordenadora de Administração Geral Umbelina Maria Correa Durães que conduziu com absoluta eficiência e meritória dedicação as atividades administrativas desta Corte.

Agradeço a Coordenadora de Controle externo Maria Auxiliadora de Souza Albuquerque que conduziu com a maior eficiência a atividade fim deste Tribunal, o Controle Externo deste Estado de Pernambuco.

Agradeço aos Diretores: Amarilde Figueiredo, Francisco Sifônio, Janete Monteiro de M. Rocha, Joaquim Vieira de Barros, Lúcio José de Albuquerque, Maria Lúcia Lima de Vasconcelos, e aos Inspetores Regionais: Adalcides Richter, Alberto Francisco da Silva, Amsterdam M. Lacerda, Carlos Maurício C. Figueiredo, José de Albuquerque Lapa, Maria Dulce P. Patu, Mirta Ferreira, Roberto Wanderley, Severino dos Passos, pelo espírito de equipe e pela dedicação com que todos se houveram.

Uma palavra especial de agradecimento à Auditoria Geral, na pessoa do seu titular, Dr. Luiz Arcoverde e à Procuradoria Geral, na pessoa da sua ilustrada Procuradora Geral, Dr^{ca} Eliana Guerra Lapenda.

É o relatório.

Recife, 14 de dezembro de 1994

Cons. Honório de Queiroz Rocha
Presidente